

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO EM ESCOLAS REGULARES: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Iara Reis¹, UFPA, Castanhal, Pará, Brasil-iararaquel51@hotmail.com

Nayane Martins², Prof. Da EB Castanhal, Pará, Brasil-nayeducespecial@gmail.com

Ligiane Santos³, UFPA, Castanhal, Pará, Brasil-ligianeprof10@gmail.com

Emanoelle Silva⁴, UFPA, Pará, Brasil-emanoele-cristine@outlook.com

Jessica Hungria⁵, UFPA, Pará, Brasil-jessicahungria92@gmail.com

Introdução

A presente pesquisa bibliográfica tem como objetivo discutir os desafios e possibilidades da inclusão de crianças com altas habilidades e superdotação nas escolas regulares brasileiras. A partir de uma revisão de literatura em autores como Virgolim (2014), Renzulli (2016) e Alencar (2017), observa-se que o atendimento a esses alunos ainda é permeado por lacunas na formação docente, ausência de políticas efetivas e desconhecimento sobre suas necessidades educacionais específicas.

A inclusão escolar, amparada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), deve considerar não apenas as deficiências, mas também as altas potencialidades. No entanto, muitos sistemas de ensino ainda carecem de estratégias pedagógicas diferenciadas que favoreçam o desenvolvimento pleno desses estudantes. Conclui-se que a formação continuada dos professores, a flexibilização curricular e o reconhecimento das altas habilidades como parte da diversidade humana são caminhos essenciais para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa.

A educação inclusiva tem como princípio o direito de todos à educação de qualidade, respeitando as diferenças individuais e valorizando a diversidade humana. No entanto, as discussões sobre inclusão geralmente se concentram em alunos com deficiência, deixando à margem aqueles com altas habilidades e superdotação (AH/SD). Esses estudantes, embora possuam grande potencial de aprendizagem e criatividade, enfrentam desafios significativos no contexto da escola regular, como falta de estímulo, ausência de reconhecimento e práticas pedagógicas pouco adequadas às suas necessidades.

Assim, este estudo busca refletir sobre como as escolas podem incluir, de maneira efetiva e sensível, as crianças com altas habilidades, reconhecendo-as como sujeitos da educação especial e parte fundamental do processo inclusivo.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, baseada em revisão de literatura sobre o tema da inclusão de alunos com altas habilidades e superdotação.

Foram localizados 32 trabalhos nas bases de dado Scielo, CAPES e google acadêmico, publicados entre 2010 e 2024.

Os critérios de inclusão foram artigos científicos e livros com foco em altas habilidades/super dotação, publicações entre 2010 e 2024 e textos disponíveis em português.

Os critérios de exclusão foram trabalhos duplicados, estudos que não abordavam diretamente o contexto educacional e publicações incompletas ou sem respaldo teórico consistente.

Após a triagem, 4 artigos foram selecionados para análise, entre eles estão “Altas habilidades/superdotação: encorajando potenciais” Virgolin (2014), “altas habilidades/superdotação: orientação a professores” Alencar e Fleith (2017), “inteligência múltiplas: a teoria na prática” Gardner (1995), abordando a identificação, o atendimento educacional especializado (AEE) e as práticas pedagógicas voltadas a esse público.

Resultados e Discussões

Os estudos apontam que, embora as legislações brasileiras garantam o direito ao atendimento educacional especializado, a identificação e o acompanhamento de alunos com altas habilidades ainda são limitados. Segundo Virgolim (2014), muitas escolas não possuem instrumentos adequados para reconhecer o potencial desses estudantes, o que resulta em subaproveitamento de talentos e desmotivação.

Renzulli (2016) propõe o modelo dos três anéis (capacidade acima da média, criatividade e envolvimento com a tarefa) como critério para identificação de superdotação, ressaltando que o ambiente escolar precisa oferecer desafios cognitivos e oportunidades de enriquecimento.

No contexto brasileiro, a formação docente continua sendo o maior desafio. Alencar (2017) enfatiza que o desconhecimento sobre as altas habilidades leva muitos professores a interpretar o comportamento desses alunos como indisciplina ou arrogância. Além disso, a ausência de políticas de acompanhamento contínuo e de programas de enriquecimento curricular faz com que as práticas inclusivas sejam isoladas e pontuais.

Os dados analisados demonstram que inclusão de alunos com altas habilidades/superdotação demanda não apenas reconhecimento institucional, mas também um olhar pedagógico sensível às suas especificidades. A ausência de formação docente voltada ao atendimento desse público ainda é um dos principais entraves à efetivação das políticas inclusivas. Muitos professores sentem-se inseguros diante das necessidades diferenciadas desses alunos, que exigem um olhar inclusivo diferenciado, atividades de enriquecimento curricular e oportunidades de protagonismo intelectual. Assim a escola regular precisa ir além da adaptação física ou curricular, promovendo um ambiente de estímulo à criatividade, à investigação e à autonomia, para que o potencial e inclusão desses alunos sejam plenamente desenvolvidos.

Por outro lado, experiências bem-sucedidas mostram que a inclusão efetiva é possível quando a escola desenvolve projetos interdisciplinares, oficinas criativas e tutorias entre pares, reconhecendo o potencial individual e promovendo o protagonismo estudantil.

Conclusões

A inclusão de crianças com altas habilidades e superdotação em escolas regulares requer mais do que boa vontade: exige conhecimento técnico, sensibilidade pedagógica e compromisso político. As instituições de ensino precisam reconhecer que esses alunos fazem parte da diversidade e que seu desenvolvimento pleno também é um direito garantido.

Os estudos analisados demonstram que a formação continuada dos professores, a flexibilização curricular, o uso de metodologias ativas e o apoio psicopedagógico são estratégias que favorecem a permanência e o engajamento desses estudantes.

Portanto, incluir não significa apenas integrar fisicamente, mas criar espaços de pertencimento e estímulo intelectual, onde o talento seja cultivado e o potencial humano, valorizado.

No contexto educacional brasileiro, a inclusão de alunos com altas habilidades e superdotação ainda enfrenta uma série de desafios estruturais, pedagógicos e atitudinais. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei

Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) reforçam o direito de todos à aprendizagem, reconhecendo a necessidade de práticas diferenciadas que valorizem os potenciais individuais. Contudo, observa-se que as escolas regulares, em sua maioria, ainda não estão devidamente preparadas para atender às demandas desse público.

A falta de identificação precoce, de recursos pedagógicos específicos e de formação continuada voltada para o tema são fatores que contribuem para a invisibilidade desses estudantes no espaço escolar.

Além disso, a cultura escolar tende a valorizar mais o desempenho médio, em detrimento dos talentos excepcionais, o que pode gerar desmotivação e até isolamento entre os alunos superdotados. De acordo com Virgolim (2014), é fundamental compreender que o atendimento às altas habilidades não devem ser visto como privilégio, mas como direito, pois todo estudante precisa de oportunidades de aprendizagem compatíveis com seu ritmo e potencial. Nesse sentido, a adoção de metodologias ativas, projetos interdisciplinares e estratégias de enriquecimento curricular representam caminhos possíveis para promover a inclusão efetiva desses alunos, permitindo-lhes desenvolver não apenas suas capacidades cognitivas, mas também suas competências socioemocionais e criativas.

Destaca-se que o sucesso da inclusão de crianças com altas habilidades e superdotação em escolas regulares depende da sensibilização da comunidade escolar e da formação de professores capazes de reconhecer e valorizar a diversidade de talentos. A escola deve assumir o papel de espaço de descoberta e incentivo, promovendo o respeito às diferenças e a colaboração entre os pares. É necessário fortalecer o vínculo entre teoria e prática, de modo que a educação inclusiva seja compreendida como um processo contínuo de construção e aperfeiçoamento. Assim, a inclusão não se resume a um conjunto de normas, mas se consolida como um princípio ético e pedagógico voltado à valorização do potencial humano em todas as suas formas de expressão.

Palavras-chave: Altas habilidades; Superdotação; Inclusão escolar; Educação especial; Formação docente.

Referências bibliográficas

ALENCAR, E. M. L. S.; FLEITH, D. S. Altas habilidades/superdotação: orientação a professores. Petrópolis: Vozes, 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC/SEESP, 2008.

GARDNER, H. Inteligências múltiplas: a teoria na prática. Porto Alegre: Artmed, 1995.

VIRGOLIM, A. M. R. Altas habilidades/superdotação: encorajando potenciais. Brasília: MEC/SEESP, 2014.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP